

GERALDO AUGUSTO STAUB FILHO

O MITO DE GUILHERME TELL E O DIREITO DE RESISTIR

**CURITIBA
2006**

GERALDO AUGUSTO STAUB FILHO

O MITO DE GUILHERME TELL E O DIREITO DE RESISTIR

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Karam de Chueiri

CURITIBA

2006
TERMO DE APROVAÇÃO

GERALDO AUGUSTO STAUB FILHO

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, no Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Professora Vera Karam de Chueiri
Departamento de Direito Público, UFPR.

Professora Katya Kozicki
Departamento de Direito Público, UFPR.

Professor Luis Fernando Lopes
Departamento de Direito Privado, UFPR

Curitiba, 29 de setembro de 2006.

DEDICATÓRIA

A pai e mãe, Geraldo e Juracy, pela
oportunidade de aqui estar,

Aos irmãos Vinícius, Vitória e João Vítor,
pela chama de esperança que trazem
consigo desde sempre,

Aos amigos de uma frenéética amizade,
Amin, André, Bruno, Fernando, Guilherme,
João Paulo, José Eduardo e Júlio, pela
amizade e união eternas,

A Bruno, Carlos, Jairo e Marco Antonio,
por aprendermos juntos o verdadeiro
significado de “República Socialista”,

Aos companheiros de anos de dedicada
militância no Partido Acadêmico
Renovador,

Aos colegas de trabalho, Gustavo, Mário,
Rudimar e Silvia, por tornarem nossa
tarefa menos árdua e os dias mais
engraçados,

À professora Vera Karam, pela paciência,
cumplicidade e por servir de exemplo de
magistério comprometido com a causa da
transformação

À Carol, por tudo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 1 – Cenografia, luz e figurino – fundamentos do direito de resistência.....	08
1.1 Fundamentos morais e filosóficos.....	09
1.2 Fundamentos políticos.....	12
1.3 Poder constituinte e direito de resistência	17
CAPÍTULO 2 – ATORES E FIGURANTES – DIREITO DE RESISTÊNCIA.....	23
2.1 À procura de um conceito	24
2.2 A institucionalização do direito de resistência.....	26
2.3 Formas de exercício do direito de resistência à opressão.....	29
2.3.1 Desobediência Civil.....	29
2.3.2 Resistência à opressão.....	31
2.3.3 Revolução (ou resistência revolucionária, ou direito à insurreição).....	33
2.4 Direito constitucional de resistência no Brasil hoje.....	34
2.5 Direito estrangeiro: a experiência de Portugal e Alemanha.....	37
CAPÍTULO 3 – PRÓLOGO – POSSÍVEIS DESFECHOS.....	38
3.1 Da teoria do direito de resistência ao seu exercício	40
3.1.2 Movimentos sociais	42
3.1.3 Partidos políticos	43
CONCLUSÃO.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	46

INTRODUÇÃO

É desafio, e ao mesmo tempo provocação, realizar trabalho monográfico utilizando-se de premissas da área de estudo denominada “Direito e Literatura”. É desafio pois a dificuldade assenta-se tanto no trilhar por caminhos apenas experimentados, e não completamente testados, quanto pela exposição do trabalho, visto que o tema gera curiosidade e, também desinformação. É provocação porque visa constranger a usual leitura dos fatos jurídicos, acostumada ao positivismo e a uma prolixidade desprovida de entonações. Ao romper com este pretenso método o estudo de Direito e Literatura pode também afigurar-se como forma de erigir o direito a um patamar contestador, quem sabe até de transformação. A idéia de se estudar Direito e Literatura juntos nasce na década de 70, com a produção principalmente de François Ost e Jacques Derrida. Pode-se fazer o uso dessa modalidade de pesquisa no estudo de temáticas jurídicas na literatura, como metáfora ou argumento, assim como estudar as possíveis inflexões literárias do texto jurídico, nas elaborações das sentenças por exemplo.

O presente trabalho escolheu a obra Guilherme Tell, de Friedrich Schiller, para servir de apoio ao estudo do direito de resistência. Guilherme Tell é um consagrado herói da independência da Suíça. Discute-se ainda se o personagem existiu ou fora apenas uma afirmação de identidade do povo suíço. O fato é que no dia do feriado de independência várias são os suíços que comemoram a data com alegorias alusivas ao herói. A Suíça vivia em 1291 momento particular de sua história. Apesar de acostumada ao domínio de outros povos sobre suas terras sempre procurou manter uma convivência pacífica com os imperadores e assim recebendo certa autonomia. A certa altura do domínio do Império Austro-Húngaro sobre a região as atrocidades cometidas pela autoridade local fizeram com que os habitantes locais se insurgissem contra tudo isso.

A história do mito de independência da Suíça é contada à luz de uma análise do direito de resistência. Para tanto dividimos o trabalho em três capítulos.

No primeiro far-se-á alusão aos fundamentos do direito de resistência. Serão pontuadas desde as justificações clássicas até as contemporâneas. Na segunda parte do trabalho tentará se trabalhar o direito de resistência de forma mais dogmática, tentando desta forma estabelecer conceitos e possibilidades para um uso científico do termo. Por fim, no terceiro capítulo, abrem-se as portas para as possibilidades do exercício do direito de resistência como salvaguarda de direitos constitucionais.

1. CAPÍTULO 1 – Cenografia, luz e figurino – fundamentos do direito de resistência.

É da expressão *gewalt*, do instigante idioma germânico, que se coloca a primeira problemática do presente trabalho. *Gewalt* significa ao mesmo tempo “poder” e “violência”. Esta ambivalência, segundo Peter Naumann, tradutor de “Fragmento (sobre) o Poder Constituinte do Povo”, de Friederich Muller,

“revela uma ambivalência da própria realidade, à qual o termo se refere: o termo alemão admite, por assim dizer, que o poder tem necessariamente uma conotação de violência, ainda que a idéia e a práxis do Estado do Direito se empenhem em formalizar, vale dizer, racionalizar e assim tornar transparente e discutível essa violência constitutiva das relações sociais.”¹

A ambivalência citada não permite entretanto apreender que os vocábulos “poder” e “violência” possuem a mesma conotação semântica. Para ARENDT “o poder não necessita de justificação, sendo inerente à própria existência de comunidades políticas; o que realmente necessita é legitimidade”² e “violência”³ pode ser justificável, mas nunca será legítima”⁴. A confusão dos termos, não só decorrente da particularidade do idioma alemão, é comum por que os conceitos costumam andar lado a lado.⁵

Isto posto a expressão *verfassungebende Gewalt des Volkes* assume significado singular. “Poder/violência constituinte do povo” diz respeito tanto à legitimidade do povo em operar/constituir/aprovar uma Carta Constitucional, como também à sua legitimidade e legalidade de mantê-la conforme seus interesses.

¹ In MÜLLER, Friederich, Fragmento (sobre) o Poder Constituinte do Povo. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2004. P.15, Nota do Tradutor.

² ARENDT, Hanna. Crises da República. Perspectiva: São Paulo, 2004. 2ª ed. P.129.

³ A autora deixa a entender que “violência” aqui toma uma conotação de violência física, confronto. Entretanto existem outras acepções do vocábulo que serão utilizadas no presente trabalho, como em “violência cultural” e “violência social”.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

Neste capítulo, através da análise de alguns fundamentos do direito de resistência e de conceitos de direito constitucional, pretende-se abrir caminho para uma leitura do mito de independência da Suíça.

1.1 Fundamentos morais e filosóficos

Logo no primeiro ato de *Guilherme Tell* SCHILLER aponta para os desmandos do mandatário dos Habsburgos na Suíça, o alcaide Gessler. O tirano ⁶ manda pendurar no centro da cidade de Uri um chapéu, a qual todos os habitantes deveriam se curvar.

“ARAUTO

Olhai este chapéu, habitantes de Uri!
Vamos colocá-lo em uma alta coluna,
No centro de Altorf e no ponto mais alto,
E esta é a vontade e a intenção do alcaide:
Deveis homenagear o chapéu como se fosse ele próprio.
Fazei-lhe a saudação com os joelhos dobrados
E a cabeça descoberta... E assim
O rei saberá quais são os seus fiéis súditos
Perderá a liberdade e os bens
Em favor do rei, o que a ordem desprezar”

PRIMEIRO OPERÁRIO

Que coisa inaudita o aclaide
Imaginou! Saudarmos um chapéu?
Deizei! Já se viu coisa igual?

MESTRE PEDREIRO

Dobramos os joelhos diante de um chapéu!
Inventa ele tal brincadeira com homens dignos e sérios?

PRIMEIRO OPERÁRIO

Se ao menos se tratasse da coroa imperial! Trata-se no entanto, do chapéu da
Áustria; eu o vi pendurar
No salão do trono, onde se pagam os tributos!

MESTRE PEDREIRO

O chapéu da Áustria! Tomais toda atenção, é uma cilada para atraíçarmos à
Áustria!

OPERÁRIOS

⁶ A história, como conto político que é, presta-se a defender uma idéia e assim o autor posiciona-se claramente a favor dos insurgentes suíços. A expressão “tirano” vem para reforçar a idéia de contraposição entre “bem” e “mal”.

Nenhum homem de bem se conforma com a injúria. ⁷

Ao grito da multidão enraivecida pelo novo “ato de governo” é impossível não estabelecer ligações com o pensamento de THOREAU:

“De fato, nenhum homem tem o dever de se dedicar à erradicação de qualquer mal, mesmo o maior dos males; ele pode muito bem ter outras preocupações que o mobilizem. *Mas ele tem no mínimo a obrigação de lavar as mãos frente à questão e, no caso de não mais se ocupar dela, de não dar qualquer apoio prático à injustiça*”. ⁸ (grifo nosso)

Se não há dever (obrigação) do homem em combater injustiças, certamente há uma lealdade do homem com sua própria consciência. E é esta que é aviltada frente aos atos de tirania. THOREAU “debate sua causa não no campo da moral do cidadão em relação à lei, mas no campo da consciência individual e do compromisso moral da consciência” ⁹, tornando assim o ato de resistência um ato de dever ético. Desta forma esta indignação é, a princípio, apolítica ¹⁰, relaciona-se mais fortemente com o estado atual do cidadão, com seus afazeres e compromissos diários do que com um projeto político ou convicções ideológicas. A injustiça é recebida (pelo menos inicialmente) como ameaça à própria integridade ¹¹.

Apesar do ato de resistência ser comumente envolto por conotações políticas (e de implicar em objetos políticos), ele é também filosófico e moral¹², pois “o ato que resiste à opressão é (...) um ato de julgamento” ¹³. Assim, “(...) o valor da resistência não está tanto na prerrogativa que os governados podem invocar para desobedecer

⁷ SCHILLER, Friedrich. Guilherme Tell. Tradução Silvio Meira. São Paulo: Círculo do Livro, 1970. P. 41 e 42.

⁸ THOREAU, Henry David. Desobediência Civil. Livro virtual acessado em <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/desobedienciavirtual.pdf>, no dia 29.09.06. P. 5.

⁹ ARENDT, H. op. cit. P. 57.

¹⁰ Idem, P. 58.

¹¹ Ibidem.

¹² PAUPÉRIO, Arthur Machado. Teoria Democrática da Resistência. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1997. P.7.

¹³ Idem, P.5.

quanto, sobretudo, como diz Burdeau, no julgamento que estão autorizados a fazer em relação aos governantes.”¹⁴.

Este *julgamento* a que se refere PAUPÉRIO é também de natureza individual, portanto ligado à consciência. Foram as indignações pessoais¹⁵ dos habitantes de Uri, Schwyz e Unterwalden que levaram a um levante generalizado, que viria a deflagrar na independência política da Suíça.

Há outra referência a este aspecto subjetivo do direito de resistência em IHERING, no clássico *A luta pelo Direito*:

"(...) é um dever resistir à injustiça ultrajante que chega a provocar a própria pessoa, isto é, à lesão ao direito que, em consequência da maneira porque é cometida, contém o caráter de um desprezo pelo direito, de uma lesão pessoal. *É um dever do interessado para consigo próprio*; é um dever para com a sociedade, porque esta resistência é necessária para o direito se realize".¹⁶ (grifo nosso)

Este tratar individual da questão do ato de resistência leva entretanto a um campo mais obscuro, pois “as deliberações da consciência não são somente apolíticas; são expressas de maneira puramente subjetiva”¹⁷.

Apresenta-se como problema a justificação do ato de resistência apenas nesta seara da vontade individual e do subjetivismo. ARENDT aponta duas faces da questão. A primeira diz que sendo uma vontade subjetiva, não pode ser generalizada, gerando dificuldades na validação como ato legítimo. A segunda aponta para o fato de que, apesar de o homem ter a capacidade de discernimento entre certo e errado, o ato de resistência necessita do interesse do homem em pensar sua situação enquanto oprimido ou subjugado. Esse interesse, sustenta

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ A primeira cena de Guilherme Tell serve ao propósito de explicitar estes descontentamentos. Baumgarten foge de soldados após ter matado um representante do alcaide que queria violentar sua mulher; Stauffacher reclama com sua esposa Gertrud que há tempos o alcaide o vê como inimigo.

¹⁶ IHERING, *A luta pelo Direito*.

¹⁷ ARENDT, H. op. cit. P. 59.

ARENDT, é de difícil consideração ¹⁸. Por vezes o homem não tem condições materiais de perceber com clareza os acontecimentos a sua volta. A falta de educação, emprego e saúde fazem com que as intempéries cotidianas tornem oblíqua a capacidade de indignação, fazendo-o cego e sem perspectivas.

1.2 Fundamentos políticos ¹⁹

A revolta dos suíços cresce à medida que novas atrocidades são cometidas e logo descobertas. Na última cena do primeiro ato Walter Fust, nobre do cantão de Uri, que naquele momento escondia dos soldados do império um fugitivo acusado de agredir um oficial, brada aos seus ouvintes:

*“Se um árbitro existisse entre nós e a Áustria,
Poderíamos pleitear os direitos e as leis.
No entanto, quem oprime é o nosso imperador
O mais alto juiz – assim, somente Deus pode ajudar
Nossos braços – sondai então os homens
De Schwyz, pois em Uri alistarei amigos.
Quem agora enviaremos para Unterwaden?”* ²⁰

Uma das convenções da modernidade é de que de todo homem deve obedecer ao Estado e ao seu conjunto de leis ²¹. Este dever, que se espera ser voluntariamente obedecido, é base da formação do estado moderno assim como o axioma jurídico “sem contrato social não há legitimidade” ²². A dominação (controle da obediência dos homens) dá-se tanto pelo uso da força estatal, impondo assim sua

¹⁸ Idem. P.61.

¹⁹ Distinguem-se no presente trabalho os fundamentos morais e filosóficos do direito de resistência dos fundamentos políticos. Aqueles, como anteriormente discutido, partem de uma compreensão individualista do ato de resistência, estes devem ser explicados a partir de um conceito mais amplo, de atos tirânicos que, além de atentar contra o indivíduo, afetam toda a coletividade, ou parte dela.

²⁰ SCHILLER, F. op. cit. P. 56.

²¹ PRANDO, Felipe Cardoso de Melo. Desobediência Civil: uma possibilidade para a realização dos direitos humanos. Florianópolis: UFSC, 2002. P. 58.

²² BUZANELLO, José Carlos. Direito de Resistência Constitucional. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002. P..35.

vontade, quanto pelo cumprimento ²³ de algumas promessas da modernidade, como a emancipação do homem, através das declarações de direitos humanos ²⁴.

A legitimação do Estado como detentor absoluto da força tem em ROUSSEAU um grande expoente:

“(…) a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros.” ²⁵

“Enfim, cada qual, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe foi cedido, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e maior força para conservar o que se tem.” ²⁶

Portanto, “o objeto do contrato reside na alienação dos direitos do homem no estado de natureza para a sociedade política (Estado)” ²⁷.

ROUSSEAU já adverte contudo que “os empenhos que nos ligam ao corpo social só são obrigatórios pelo fato de serem recíprocos” ²⁸. Ou seja, “o poder soberano (...) não passa nem pode passar além dos limites das convenções gerais” ²⁹, pois assim pode favorecer injustamente um indivíduo (ou grupo de), agindo dessa forma de maneira privada. Ainda:

“É, pois, incontestável, e é a máxima fundamental de todo o direito político, que os povos deram a si mesmos chefes para defender sua liberdade e não para os sujeitar. Se temos um príncipe, - dizia Plínio a Trajano, - é para nos preservar de ter um senhor.” ³⁰

²³ Se não são todas as promessas que foram cumpridas, algumas de fato o foram. A conformação e manutenção do Estado de Direito é uma delas.

²⁴ PRANDO, F. C. M. op. cit. P.58.

²⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Livro virtual, acessado no sítio <http://www.comunismo.com.br/contratosocial.pdf>, em 29.09.06. P. 10.

²⁶ ROUSSEAU, J. J. op. cit. P. 12.

²⁷ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 34.

²⁸ ROUSSEAU, J. J. op. cit. P. 12.

²⁹ ROUSSEAU, J. J. op. cit. P. 15.

³⁰ ROUSSEAU, J. J. op. cit. P. 12.

A esta “falta de reciprocidade” do mandatário em relação aos comandados resulta na tirania, que, para LOCKE é “o exercício do poder além do direito, o que não pode caber a pessoa alguma” ³¹.

A corrupção do direito/poder de governar ³², que avilta os direitos de outrem, leva, desde a invenção da escrita até hoje ³³, a um sem número de pensadores defenderem o justo direito de rebelar-se contra esses atos de tirania. Passaremos a analisar o pensamento de alguns autores que tratam do tema. Naturalmente não é possível abarcar toda a literatura sobre o assunto, a escolha dos pensadores deu-se por critérios de relevância e preferência pessoal.

John LOCKE, ao discutir os limites das obrigações dos cidadãos frente ao estado, tornou-se o defensor de matriz clássica por excelência do direito de resistência, aqui definido como “ato passivo em que não ocorre cumprimento de uma lei positiva injusta” ³⁴. LOCKE lança os pressupostos básicos do chamado Estado liberal ao propor um modelo de Estado que sirva à manutenção das liberdades individuais e do bem comum ³⁵. Estes dois objetivos impõem uma contradição ao modelo, pois a consecução do bem comum por vezes negligenciará as liberdades do indivíduo. Desta sorte o Estado liberal “é simultaneamente considerado como um inimigo da liberdade individual (sem qual a sociedade civil não existiria), e como condição para seu exercício” ³⁶.

³¹ LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 113.

³² Ressalta-se aqui “direito” pois só admite-se resistência ao direito quando ele existe, ou seja, só há insurgentes à ordem se alguma ordem impera.

³³ O presente trabalho opta por não fazer um levantamento histórico do tema “direito de resistência”, fazendo alusões a referências históricas quando necessário. Para uma análise apurada do tema ver PAUPÉRIO, Arthur Machado. op. cit.

³⁴ PRANDO, F. C. M. op. cit. P. 60.

³⁵ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 56.

³⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

A defesa destas liberdades é a própria legitimação da resistência em LOCKE. Se o objetivo do governo é o bem dos homens ³⁷, o que fazer quando as ações daquele exorbitem seus mandados, exponham seus súditos ao perigo? A resposta de LOCKE é taxativa:

“Quem quer que use força sem direito, como faz todo aquele que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais assim a emprega; e neste estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor.” ³⁸

Ao afirmar que na confecção dos atos de império, se feitos à margem do direito, ocorre a dissolução do contrato de associação e, por consequência, a sociedade política ³⁹, LOCKE torna a resistência um “instrumento político para o aperfeiçoamento do Estado” ⁴⁰. Cabe aqui pontuar que LOCKE diferencia aqueles que não possuindo *direito* de exercer o poder (legitimidade), o exercem de modo injusto (usurpação), daqueles que, legitimados por convenção nacional, fazem exercício do poder de forma a atentar contra os cidadãos (tirania) ⁴¹.

O espanto de Walter Fust em *Guilherme Tell* (“No entanto, quem oprime é o nosso imperador”) é transformado em possibilidade de ação por LOCKE. O pensamento lockiano “vislumbrou o direito natural como fundamento do direito político, entendendo a liberdade como o direito de cada um de usar seus próprios direitos naturais sob a égide das leis” ⁴² e ainda mostra a resistência como parte central de seu sistema, tornando-o sanção contra os maus governantes ⁴³. Ao destacar o caráter público, legítimo e legal do ato de resistência o autor liberal

³⁷ LOCKE, J. op. cit. P. 124.

³⁸ LOCKE, J. op. cit. P. 125.

³⁹ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 63.

⁴⁰ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 62.

⁴¹ LOCKE, J. op. cit. P. 112 a 117.

⁴² BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 161.

⁴³ CHEVALLIER, Jean Jacques. História do Pensamento Político. Tomo 2. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan SA, 1983. P. 50. In MACHADO de ARAÚJO, Cláudia de Rezende. O Direito Constitucional de Resistência. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. P.55.

conduz a um reconhecimento do mesmo que, somado à tradição contratualista da época, favoreceu sobremaneira a consolidação do direito de resistir.

Ampliando as justificações do direito de resistência, Hanna ARENDT adiciona o fato de que não apenas os atos de injustiça dos governos podem ser questionados, mas também os atos que a opinião pública *julgue* desnecessários ou inconvenientes:

“Se a história ensina alguma coisa sobre as causas da revolução (...) será que a desintegração dos sistemas políticos precede às revoluções, que o sintoma claro de desintegração é uma progressiva erosão da autoridade governamental, e que esta erosão é causada pela incapacidade do governo em funcionar adequadamente, de onde brotam as dúvidas dos cidadãos sobre sua legitimidade” ⁴⁴.

A descrença no poder do Estado em dirimir conflitos (“*Se um árbitro existisse entre nós e a Áustria / Poderíamos pleitear os direitos e as leis*” ⁴⁵), leva ao descrédito e deixa o cidadão comum sem alternativas. Sobre isso ARENDT afirma:

“A desobediência civil aparece quando um número significativo de cidadãos se convence de que, ou os canais normais para mudanças já não funcionam, e que as queixas não serão ouvidas nem terão qualquer efeito, ou então, pelo contrário, o governo está em vias de efetuar mudanças e se envolve e persiste em modos de agir cuja legalidade e constitucionalidade estão expostas a graves dúvidas” ⁴⁶.

John RAWLS acrescenta que “a violação, repetida e deliberada dos princípios fundamentais desta concepção” ⁴⁷ durante um período extenso, especialmente a violação das liberdades iguais fundamentais, convidam à submissão ou à resistência

“ ⁴⁸

⁴⁴ ARENDT, H. op. cit. P.64.

⁴⁵ SCHILLER, F. op. cit. P. 56.

⁴⁶ ARENDT, H. op. cit. P. 68.

⁴⁷ RAWLS pressupõe haver um “regime democrático razoavelmente justo, uma concepção pública de justiça que sirva de referência à regulamentação pelos cidadãos, de seus assuntos políticos e par a interpretação da Constituição”, RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. P.274.

⁴⁸ RAWLS, J. op. cit. P.274.

1.3 Poder constituinte e direito de resistência

Depois de convocada por Walter Fust ⁴⁹ é reunida a assembléia dos povos das montanhas de gelo ⁵⁰, representantes de Uri, Schwyz e Unterwalden encontram-se em remota localização. Ao chegar dos enviados de cada cantão Walter Fust inicia a discussão:

*“Devemos nós em nossa própria terra
E solo pátrio às escondidas
Caminhar, como o fazem os malfeitores,
E durante a noite, cujo manto negro
Encobre o crime e a conspiração,
Que teme a luz do sol, para o nosso direito
Pleitear, que é puro e cristalino
Como a luz do dia.”⁵¹*

Rösselman, o pároco, põe fim às lamúrias de Fust tentando organizar o foco do encontro:

*“Ouvi, companheiros, o que Deus me inspira no coração!
Estamos aqui reunidos em assembléia,
E podemos deliberar por todo o povo.
Deixai-nos decidir segundo os velhos costumes
Do país, como o fazemos em tempo de paz;
Perdoa-se a ilegalidade da reunião
Diante da necessidade e da época. Deus, no entanto,
Está sempre onde se defende o direito,
E nós nos reunimos sob o céu.”⁵²*

É fundamental para um bom estudo do tema “direito de resistência” que se analisem conceitos do direito constitucional. Propõe-se nesse item estudar as relações existentes entre “poder constituinte” e a proposta deste trabalho.

⁴⁹ Ver excerto no início do item 1.2.

⁵⁰ Essa referência ao povo suíço aparece por vezes na obra *Guilherme Tell*. É bem verdade que a geografia da região protegeu esse povo de dominações de diversos impérios, entre eles o Romano e o Sacro Império Romano Germânico.

⁵¹ SCHILLER, F. op. cit. P. 74.

⁵² Ibidem.

É voltando a Rousseau, e sua teoria sobre a alienação de parcela de poder (e liberdade) individual em prol da coletividade, resultando na formação de um corpo estatal, cujo poder descende totalmente dessas “parcelas” de poder do povo, que se encontra o início dos debates sobre poder constituinte ⁵³. SIEYÈS, inovando ao diferenciar *poder constituído* de *poder constituinte* ⁵⁴, a partir das formulações de Rousseau, propõe que este poder originário do povo seja exercido no momento de constituição da constituição ⁵⁵, situação ímpar de exercício de um “poder autônomo, incondicionado e livre” ⁵⁶. Neste sentido, ARENDT cita Thomas Paine, revolucionário americano: “Uma constituição não é o ato de um governo, mas de um povo que constitui um governo” ⁵⁷. A partir daí o poder constituinte, como poder *supra legem*, serve como “expressão técnica ou meio instrumental com que fazer eficaz a vontade soberana da Nação” ⁵⁸. Deste poder nascem o Estado (ou sua nova organização) e sua Constituição. Ao poder constituinte que dá origem a uma nova constituição, dá-se o nome de originário, e ao que se propõe a alterar dispositivos da atual, chama-se derivado.

Entretanto como insiste LOPES, “todas as discussões mais relevantes que poderiam ser levantadas com respeito à representação política em vista do Poder Constituinte prendem-se, na verdade, menos às questões sobre sua titularidade e mais sobre seu exercício” ⁵⁹.

Do mesmo modo que o religioso Rösselman (“*Estamos aqui reunidos em assembléia, / E podemos deliberar por todo o povo*” ⁶⁰), SIEYÈS descarta a

⁵³ BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2003. P. 145.

⁵⁴ LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Poder Constituinte Reformador. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. P.46.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 6 ed.. Coimbra: Almedina, 2002. P.81.

⁵⁷ ARENDT, Hannah. Da Revolução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. P.116.

⁵⁸ BONAVIDES, P. op. cit. P.149.

⁵⁹ LOPES, M. A. R. op. cit. P. 84.

⁶⁰ SCHILLER, F. op. cit. P. 74.

possibilidade do exercício direto do poder constituinte e suas teses são ratificadas na Constituição francesa de 1791, fazendo do instituto da representação um engenho que atenua as teses do modelo rousseauiano ⁶¹.

O constitucionalismo moderno ⁶² adota então um sistema dual de decisões: as raras, tomadas pelo povo, e as freqüentes, tomadas por seus representantes ⁶³. As decisões do povo são características dos “momentos constitucionais” ⁶⁴, quando a legitimação popular torna-se requisito para a existência de uma nova constituição ou para sua alteração.

ARENDT constata a necessidade das assembléias constituintes, “tanto na França como na América”, e de discussões setorizadas que pudessem disseminar o conteúdo e favorecer o debate acerca das cartas constitucionais a serem promulgadas ⁶⁵, provendo-as de legitimidade. A este respeito MÜLLER adverte que “‘povo’ não deve funcionar como metáfora; o povo deve aparecer como sujeito empírico” ⁶⁶. Esse cuidado com o momento de constituição da constituição reflete, na América, não só à intenção de fundar um estado legicêntrico ⁶⁷, com limites à ação dos governantes, como na França, mas também a criação de um novo estado, com novos centros de poder (estrutura federativa) e independência dos antigos moldes (coroa e parlamento ingleses) ⁶⁸.

LOPES, citando Celso BASTOS, defende “um procedimento de exercício do poder constituinte que permita o funcionamento de uma assembléia representativa,

⁶¹ BONAVIDES, P. op. cit. P.145.

⁶² “Movimento político, social e cultural que, sobretudo a partir de meados do século XVIII, questiona ns planos político, filosófico e jurídico s esquemas tradicionais de domínio político, sugerindo, ao mesmo tempo, a invenção de uma nova forma de ordenação e fundamentação do poder político”, em CANOTILHO, J. J. G. op. cit. P.52.

⁶³ CANOTILHO, J. J. G. op. cit. P.59.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ MÜLLER, Friedrich. Fragmento (sobre) o Poder Constituinte do Povo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. P. 56.

⁶⁷ CANOTILHO, J. J. G. op. cit. P.59.

⁶⁸ ARENDT, H. Da Revolução. P. 119 e 120.

convocada para este efeito e que venha a submeter a aprovação das normas que edite a um *referendum* popular”⁶⁹. Tal procedimento, prossegue o autor, é comum em alguns países europeus. Os países da União Européia vêm adotando este procedimento para a implantação da Constituição Européia.

Se o exercício do poder constitucional já gera uma vasta gama de questões quanto a sua legitimação, o que dizer da sua manutenção e realização? Sobre isso Friedrich MÜLLER discorre:

“Aqui é importante que o ‘poder constituinte’ não represente mais apenas, como texto de norma constitucional, um acontecimento temporalmente definido ou o processo de preparação da constituição, de sua deliberação e de realização da votação sobre seu anteprojeto, mas que ele atue como *norma para um critério de aferição*, perdurante no tempo, fundamentadora da legitimidade da Constituição segundo a sua pretensão: legitimação por meio da permanência da práxis constitucional no ‘cerne’ material”.⁷⁰

O exercício do poder constituinte, após a confecção da Constituição, será, “como norma para um critério de aferição”, o instrumento por excelência de controle popular sobre o texto constitucional. “Controle” diz respeito tanto à possibilidade da reforma constitucional quanto da sua preservação, ainda que atualmente a regra é a luta pela manutenção do texto constitucional original, por vezes oriundo de épocas de menor pressão sobre os governos e de maior equilíbrio de forças nas relações entre capital e trabalho.

Ao exercício deste poder constituinte pós-elaboração da Carta, impõem-se diversas limitações, fazendo com que este exercício não possa ser realmente efetivado, mas apenas “simbólica ou mediatamente” pelo povo⁷¹, seu detentor original. Desta sorte “para ‘o povo’, a alegada realização do poder constituinte nessa modalidade não é, em primeira linha eficaz por meio de textos de normas, mas deve

⁶⁹ LOPES, M. A. R. op. cit. P. 88.

⁷⁰ MÜLLER, F. op. cit. P. 53.

⁷¹ MÜLLER, F. op. cit. P. 53.

ser – mediante uma regressão – afirmada em ampla medida por textos ideológicos”

⁷². O legislador constitucional brasileiro, atento à tendência mundial, não teve o saudável hábito de já listar na própria constituição as possibilidades de exercício deste poder, sugerindo assim àqueles que se insurgem contra a modificação das intenções da constituição a criatividade:

“Se, após dar-se um período mínimo de tempo para que os apelos políticos razoáveis de tramitação normal, alguns cidadãos protestassem de início em desobediência civil, quando houvesse quebras de liberdades fundamentais, estas liberdades se tornariam, aparentemente, mais e não menos seguras. Por estas razões, então, as partes adotariam as condições que definem a desobediência civil justificada como forma de implementar, dentro dos limites de fidelidade à lei, um *mecanismo final para manter a estabilidade de uma Constituição* justa. Embora esta forma de agir seja, na verdade, contrária à lei, representa, entretanto, um meio moralmente correto de sustentar um regime constitucional”⁷³. (grifo nosso)

É neste sentido, que MÜLLER afirma que “o exercício do direito à resistência seria (...) um ato real do poder constituinte”⁷⁴.

⁷² Ibidem.

⁷³ RAWLS, J. op. cit. P.286.

⁷⁴ MÜLLER, F. op. cit. P. 53.

CAPÍTULO 2 – Atores e figurantes – Direito de Resistência

Reunidos os povos da montanha e verificada a legitimidade e método da reunião ⁷⁵, Stauffacher, um dos presentes mais experientes, discorre sobre a história do povo suíço. Fala das guerras e dos sucessivos domínios aos quais foram submetidos. Ao fim inflama a multidão exaltando seu direito àquela terra:

*“(…)
É nossa a milenária posse
Da terra – e de um servo estrangeiro
Devemos aceitar que nos forje correntes,
E nos lance ultraje em nossa própria terra?
Não há nenhum socorro contra tal tirania?*

(Uma agitação entre os camponeses)

*Não, tem fronteira a força dos tiranos.
Quando o oprimido não encontra direito em parte alguma,
Quando insuportável se torna a opressão...
Procura ânimo e consolo nas alturas do céu
E traz para a terra o seu eterno direito,
Que no alto se mantém imutável
E indestrutível como as próprias estrelas...
A natureza recobra o seu aspecto primitivo
Onde o homem enfrenta o próprio homem...
E por último apelo, não havendo outro mais
A recorrer, ainda há o da espada...
Os bens mais altos devemos defender
Contra a violência... defendemos nossa terra,
Defendemos nossas mulheres e filhos!” ⁷⁶*

O que faz Stauffacher ao incitar seus compatriotas é justamente realizar a negação da autoridade, propor resistência à uma estrutura normativa já constituída,

⁷⁵ “STAUFFACHER

*Bem, vamos decidir segundo os velhos costumes.
Embora seja noite o direito nos ilumina.*

MELCHTAL

*O número não está completo, mas o coração
De todo o povo está aqui, os melhores vieram.*

KONRAD KUHN

*Não temos os velhos livros agora em nossa mão,
Mas as normas estão escritas em nosso coração.”*

SCHILLER, F. op. cit. P. 74

⁷⁶ SCHILLER, F. op. cit. P. 80.

consolidada. Tal resistência não se propõe a esmo, como frisa o nobre suíço, mas a partir de momentos onde a desobediência às leis e princípios constitucionais parte do próprio Estado. É a autoridade, suposta protetora do castelo legal, que atinge frontalmente os direitos de um grupo social (ou um povo inteiro).

A ocorrência de diversos movimentos de resistência através da história acabou por consolidar tão peculiar direito: o de não obedecer às leis. Neste capítulo passamos a estudar um conceito de direito de resistência, o momento de sua institucionalização, suas formas, conteúdo e postulados legais.

2.1 À procura de um conceito

É notória a dificuldade dos autores que trabalham com o tema na tentativa de definição científica de “direito de resistência”. Não só o tema é controverso e de difícil definição por si próprio, por não estarem absolutamente claros os seus contornos quanto ao seu objeto ⁷⁷, mas também porque por vezes é utilizado de maneira obscura, tornando mais difícil ainda a tarefa de defini-lo.

BUZANELLO afirma que “a resistência é o direito de cada pessoa, grupo organizado, de todo povo, ou de órgãos do Estado, de opor-se com os meios possíveis, inclusive a força, ao exercício arbitrário e injusto do poder estatal” ⁷⁸. Faz menção ainda o autor de que a definição do tema não pode fugir ao seu escopo originário, necessariamente buscando argumentos de justificação tanto na política, quanto no direito ⁷⁹, tornando-se por excelência matéria de estudo do direito constitucional. Contudo tal compartimentalização, de caráter marcadamente metodológico, não deve ser levada ao extremo pois, como veremos adiante, há que

⁷⁷ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. XXII.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

se pensar nas consequências jurídicas da resistência ao direito em matéria civil e penal ⁸⁰.

O direito de resistência atinge o cerne constitucional pois suas discussões por vezes dizem respeito “ao funcionamento do sistema de poder, às estruturas de governo, aos agentes políticos, às práticas sociais e às instruções jurídicas” ⁸¹, enfim à maneira como enxergamos o direito de liberdade, do gozo de nossa autonomia. Cabe aqui uma advertência de PAUPÉRIO: “a resistência, porém, não passa a ser legítima porque esteja a liberdade ameaçada mas unicamente porque a ordem que pretende impor representa uma ordem falsa, fictícia, divorciada da idéia de direito” ⁸².

O direito de resistência é um direito que não finda em si mesmo, pois é “um direito para se ter direito” ⁸³, utilizado como instrumental para a consecução de outros direitos. Embora um direito “atípico” ⁸⁴, que encontra dificuldades ao defrontar-se com as limitações do texto legal, enquanto “direito” não pode esquivar-se de sua fundamentação jurídica, ainda que nem sempre positivada, baseada unicamente em princípios de ordem pré constitucional. Já o *exercício* do direito de resistência é um ato marcadamente político, questionador do poder estabelecido e tencionador do tecido material da constituição.

Desta sorte temos um ato, o exercício da resistência fundada no direito de resistência, que é, ao mesmo tempo, político, pois tem motivação e agir políticos, e jurídico, pois procura o desfazimento de ação impeditiva da realização de direitos, fundamentado em uma ordem normativa (ainda que principiológica, como no Brasil) e limitado a ela.

PAUPÉRIO procura elucidar, sem intentar resolver, a questão da possível falta de normatividade. Argumenta que, a princípio, não seria lógico ao Estado, ou à

⁸⁰ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. XXIII.

⁸¹ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. XXII.

⁸² PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 6.

⁸³ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. XXIII.

⁸⁴ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. XXIV.

constituição prever dispositivos que regulamentassem o uso da violência contra a manutenção da ordem. Como falar pois em “direito” de resistência? O autor argumenta então que o direito de resistência é um “direito natural moral da sociedade” ⁸⁵. Amparada nos ensinamentos de Jean Dabin defende a existência de um “direito natural moral”, representante da esfera particular do indivíduo, criador de obrigações morais de foro interno, e de um “direito natural político”, que “baseia-se sobre o instinto político dos indivíduos, que cria a sociedade política e tudo que lhe é fundamental, como principalmente a autoridade pública e a lei civil, tomada esta abstratamente” ⁸⁶. Aduz então que se o direito natural moral “não impõe nenhum preceito a não ser negativamente ao jurista (...) o direito natural político impõe-no positivamente, no sentido que se regule tudo tendo em vista o bem público possível e realizável, seu princípio por excelência” ⁸⁷.

A possível confusão, e a certeza da dificuldade de conceituação, ocorrem pois o direito de resistência faz parte do que AGAMBEN chamou de “terra de ninguém” situada “entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida (...), entre o político e o jurídico e entre o direito e o vivente” ⁸⁸.

Por fim cabe destacar que o direito de resistência “não é unívoco quanto à teoria e prática política” ⁸⁹. A defesa deste já foi feita por diferentes matizes ideológicas, dos liberais aos socialistas.

2.2 A institucionalização do direito de resistência ⁹⁰

A partir do momento em que se convencionou que o Poder só se justifica “pela missão que tem a cumprir”, admitiu-se que “é legítima a resistência contra o governo

⁸⁵ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 209.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 210.

⁸⁸ AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004. P. 12.

⁸⁹ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 14.

⁹⁰ Tomamos aqui emprestado o título de um dos capítulos da tese de BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 83.

que se excede no desrespeito às leis”⁹¹. Este comum andar, da justificação do poder e da resistência, fez com que inúmeros textos constitucionais fossem produzidos consagrando o direito de insurreição⁹² como justo instrumental para a guarda dos direitos pelo povo. Os mais antigos, datados da idade média, como a Magna Carta, de João-Sem-Terra, reconheciam a legitimidade do resistir político quando fossem questionados atos de governo que não concordassem com as determinações constitucionais.

BUZANELLO fala de uma dualidade de fundamentos neste proceder de institucionalização da resistência. Para o autor agiram para consolidar tal direito o jusnaturalismo lockiano e a “institucionalização do direito pelo Estado (positivismo)”⁹³. Neste sentido, na perspectiva jusnaturalista, “o direito de resistência, como qualquer outro direito natural, apresenta-se independentemente de fundamento jurídico e fundamenta-se em uma ordem superior, universal e imutável”, entretanto “não preenche as condições de certeza e de segurança requeridas pela modernidade; faz-se necessário um novo modelo – o direito estatal”⁹⁴.

A necessidade da codificação deste direito enfrentou desde logo uma notável reação conservadora que trouxe argumentos como “a resistência é simples abuso de direito” e “a resistência está dividida em pequenos grupos que só têm preocupação de afrontar os governos”⁹⁵, portanto enxergam esse direito como um “paradoxo”⁹⁶, o mesmo conjunto legal não poderia impor obrigações e permitir, ao mesmo tempo, sua desobediência. Concorda-se com BUZANELLO quando o autor afirma que este ponto de vista parte de uma visão “simplista da ordem jurídica”, que não aceita nenhum outro direito, apenas o advindo da esfera estatal⁹⁷.

⁹¹ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 217.

⁹² Ibidem.

⁹³ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 83.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 85.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem.

A despeito dos críticos, o direito de resistência assumiu notável aceitação a partir dos textos constitucionais do início da era moderna ⁹⁸ e de seu clássico expoente, a Declaração de Independência dos Estados Unidos. A carta de liberdades assim introduz o tema no ordenamento estado-unitense:

“Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.”

A alusão a este trecho da Declaração de Independência é comum nas constituições estaduais americanas, de onde se conclui que, a princípio, os Estados Unidos admite “ainda hoje (...) o direito de resistência” ⁹⁹.

Contundente também foi o texto francês, da Declaração de direitos de 1789: “O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão” ¹⁰⁰. A idéia foi positivada também na Constituição Francesa de 29 de maio de 1793, como direito fundamental: “Em todo o governo livre os homens devem ter um meio legal de resistir à opressão, e quando esse meio é impotente a insurreição é o mais santo dos deveres” ¹⁰¹. Mais tarde, como foi regra na revolução francesa, o jogo de forças e vontades mudou, a Constituição também, veio a de junho de 1793, e o texto outro. Mesmo assim esta nova carta aludiu à resistência “como consequência dos outros direitos do homem”

¹⁰².

⁹⁸ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 220.

⁹⁹ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 220.

¹⁰⁰ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 221.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Ibidem.

Restam desta breve discussão a afirmação da consolidação do direito de resistência a partir da era moderna, mas também muitas dúvidas quanto a aplicação neste momento onde a constitucionalização deste direito foi particularmente importante.

2.3 Formas de exercício do direito de resistência à opressão

Guilherme Tell, Stauffacher e os outros personagens da obra aqui estudada recorreram a diferentes exercícios do direito de resistência no decorrer da história. Praticaram a desobediência civil ao negarem-se a prestar referência ao chapéu pendurado em Altorf, cidade do cantão de Uri, praticaram atos de resistência também ao abrigar fugitivos da guarda real e chegaram à insurreição, provocando revolta que culminou na independência de seu povo. Analisaremos brevemente agora formas de exercício deste direito.

Existe dificuldade em propor uma classificação adequada. Como o presente trabalho não tem como intenção principal realizar uma classificação sistemática das formas de resistência, utilizaremos os critérios de classificação da obra de PAUPÉRIO, uma vez que esta se propõe a ser geral e utilizar-se de fundamentos da ciência política, além dos do direito.

2.3.1 Desobediência Civil

A desobediência civil debutou no cenário político do século XX a partir dos ensinamentos de Martin Luther King e Mahatma Gandhi, que lideraram massivos protestos nos EUA e na Índia requerendo direitos e liberdades. Característica comum dos líderes citados foi a contínua pregação da não-violência como método para esta desobediência. Nesse sentido Gandhi: “não-violência não quer dizer renúncia a toda forma de luta contra o mal. Pelo contrário. A não violência, pelo menos como eu a concebo, é uma luta ainda mais ativa e real que a própria lei do talião – mas em

plano moral” ¹⁰³. A pregação e ação não violentas tiveram sucesso considerável nas campanhas de Gandhi e Luther King, pois ajudou em muito a convencer a opinião pública da conveniência da causa.

Para RAWLS desobediência civil é “ato público, não-violento, consciente e político, contrário à lei, que visa mudar a lei ou o plano de governo” ¹⁰⁴.

O aspecto coletivo, público, da desobediência civil em ARENDT é fundamental para que seja feita uma justa distinção entre desobediência civil e criminosa. A autora frisa que, *em público*, “o contestador civil age em nome e para o bem de um grupo; ele desafia a lei e as autoridades estabelecidas no terreno da dissensão básica, não porque (...) queira algum privilégio para si” ¹⁰⁵.

Pelos objetivos a que se propõem, a desobediência civil pode também ser identificada. Para RAWLS esta representa uma afronta à ordem jurídica, não uma negação ¹⁰⁶. Neste sentido diferencia-se da revolução, como afirma Marina Gascon ABELLAN:

“la desobediencia civil será aquella insumisión al Derecho que acepta el sistema de legitimidad, esto es, que reconoce en lineas generales la pretensión de obediencia al orden jurídico, aun cuando niegue esa obediencia por considerar que ciertas normas o políticas gubernamentales resultas inmorales; más simplemente, que guarda lealtad constitucional. La desobediencia revolucionaria, en cambio, supone una deslegitimacion del Estado, una negativa a reconocer su pretension de obediencia” ¹⁰⁷.

A “lealdade” do desobediente civil, a que se refere a autora, é também defendida por ARENDT: “o contestador civil aceita, enquanto o revolucionário rejeita, a estrutura da autoridade estabelecida e a legitimidade geral do sistema de leis” ¹⁰⁸.

¹⁰³ CARVALHO, Eide M. Murta. O Pensamento Vivo de Gandhi. São Paulo: Martin Claret Editores, 1985. P.70.

¹⁰⁴ RAWLS, J. op. cit. P.405.

¹⁰⁵ ARENDT, H. op. cit. P. 69.

¹⁰⁶ RAWLS, J. op. cit. P.407.

¹⁰⁷ ABELLAN, Marina Gascon. Obediencia al Derecho y objeción de consciência. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990. P. 43.

¹⁰⁸ ARENDT, H. op. cit. P. 70.

Neste sentido conclui-se que em PAUPÉRIO a desobediência civil é classificada como *oposição à lei injusta*.

Destaca-se por fim a diferença existente entre o objetor de consciência e o desobediente civil. Enquanto aquele, mesmo que agindo em desacordo com a lei ou regra de governo, atua individualmente, não necessariamente sendo o objeto da recusa político, mas por vezes ético ou religioso, a caracterização da desobediência civil, como vimos, necessita de um caráter público e político. Não há também, na objeção de consciência, uma determinação de mudança da legislação, pois muitas vezes o ato é secreto, privado ¹⁰⁹. Completa-se com o pensamento de RAWLS, para quem a objeção de consciência não se traduz como um apelo ao senso de justiça da maioria ¹¹⁰.

2.3.2 Resistência à opressão

A idéia de resistência às leis e atos de governos injustos diferencia-se da concepção de desobediência civil porque “não nega o direito nem a ele se contrapõe” ¹¹¹. Se a desobediência civil propugna pela alteração de ato normativo, a resistência caracteriza-se pela defesa de regra ou princípio de natureza constitucional, é portanto a *defesa* de direito que motiva a resistência. E aqui é importante a observação de PAUPÉRIO: “o direito porém que temos em vista não é o resultante das convicções atuais dos governados mas o dominante na época em que se adotou a Constituição, de cuja força tiram os governantes sua própria autoridade” ¹¹². “A resistência à opressão adquire, assim, características de autêntica proteção da ordem estabelecida” ¹¹³, o contrário pois de ataque às instituições. Esta defesa de

¹⁰⁹ MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.70.

¹¹⁰ RAWLS, J. op. cit. P.407.

¹¹¹ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 14.

¹¹² PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 13.

¹¹³ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 10.

uma ordem constitucional pré estabelecida é também instrumental prático de controle da atuação dos governantes ¹¹⁴.

Apesar de uma possível contradição aparente (infringir a lei, ou não respeitá-la para a defesa da lei), nota-se que não foi outra a intenção do legislador americano e francês, ao dispor sobre a resistência em suas manifestações revolucionárias (Carta de Independência e Declaração de Direitos, como antes visto), senão a de oferecer a resistência como possibilidade de manutenção do *status quo* adquirido naquele momento. A consolidação de tal direito serviu então como defesa a um possível refluxo reacionário. Ao abuso (“exercício do poder além do direito” ¹¹⁵) do poder de governar, reage-se na mesma medida, com o abuso das leis, extrapolando-as.

PAUPÉRIO afirma que não basta a existência de governos injustos (tirânicos) para que seja a resistência considerada como legítima. O autor, ao listar três qualidades, configura pressupostos para a legitimação do ato de resistência: a) *necessidade*, b) *utilidade*, c) *proporcionalidade* ¹¹⁶.

É *necessária* a resistência quando os mecanismos habituais de contraposição encontram-se impedidos, bloqueados. É o caso da manipulação, inércia ou omissão dos poderes judiciário e legislativo, meios tradicionais de fiscalização do poder.

Deve ser *útil* a fim de que o esforço de resistência não se finde em nada. Este ato de rebeldia deve ser “fato capaz de restabelecer a ordem violada” ¹¹⁷.

Por fim, “a resistência deve ser *proporcional* à opressão que combate, porque não seria admissível se trouxesse maiores males que os causados pelo governo injusto” ¹¹⁸.

Neste sentido há outra diferença a pontuar entre desobediência civil e resistência. O uso da violência, desde que necessária, útil e proporcional, será

¹¹⁴ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 10.

¹¹⁵ LOCKE, J. op. cit. P. 113.

¹¹⁶ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 24.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 25.

admitido na resistência. PAUPÉRIO, citando Leclercq, lembra de dois casos clássicos de resistência: o empenho espanhol contra o governo de Napoleão I e a revolta irlandesa de 1920, contra a invasão inglesa ¹¹⁹. Nos dois casos os resistentes foram vitoriosos. No Brasil contemporâneo diversas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra configuram como resistência.

2.3.3 Revolução (ou resistência revolucionária, ou direito à insurreição)

Utilizaremos o seguinte conceito para “revolução”: conjunto de atos e manifestações ativas¹²⁰ que promovam uma “passagem da sociedade para um grau qualitativo novo e mais elevado do desenvolvimento social realizada pelas forças progressistas, o movimento do regime social velho, caduco, para o regime novo, mais avançado” ¹²¹.

Como dito anteriormente, o ato revolucionário não prevê nenhum tipo de “lealdade” constitucional, mas ao contrário, intenta a formulação de nova constituição material, através do estabelecimento de um “momento constitucional extraordinário” ¹²². Desta sorte há combate direto à ordem estabelecida, não havendo, a princípio, possibilidade de formulações jurídicas que justificassem seu uso, pois a revolução é negada pela ordem jurídica e acomodada como “condição meramente política” ¹²³.

Entretanto BUZANELLO identifica que são duas as formas de instauração do poder: a partir de pressupostos eleitorais legais ou pela revolução ¹²⁴, e recorrendo a Burdeau o autor afirma que as duas maneiras “são dotadas de caráter jurídico” ¹²⁵. Isso porque “o poder de uma revolução triunfante é um poder de fato, no sentido de

¹¹⁹ PAUPÉRIO, A. M. op. cit. P. 25.

¹²⁰ “Ativas” aqui serve para excluir atos ou manifestações passivos.

¹²¹ SERTSOVA, A., CHÍCHKINA, V., YÁKOVLEVA, L. O que é a revolução? Moscovo: Progresso, 1988. P. 9.

¹²² CANOTILHO, J. J. G. op. cit. P. 77.

¹²³ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 157.

¹²⁴ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 155.

¹²⁵ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 156.

que nenhuma investidura legal precede sua ação, tendo um caráter essencialmente constituinte” ¹²⁶.

Para MEIRELLES TEIXEIRA o direito de revolução “é direito de caráter não somente jurídico mas também ético, moral, devendo, portanto, exercer-se sempre no sentido do Bem Comum e da defesa dos direitos fundamentais do homem, dos seus direitos políticos e da dignidade essencial da pessoa humana” ¹²⁷.

O proceder revolucionário passa necessariamente por uma participação popular intensa, já que como força contestadora da própria ordem estatal, precisa de alto nível de aceitação do povo para instituir uma outra ordem ¹²⁸.

Outra característica comum é o emprego da força (violência) na tentativa de dissolução dos instrumentos de defesa da ordem. Cabe todavia *ressaltar que não* necessariamente uma revolução deve fazer uso da violência para triunfar. Como expresso no conceito do início deste sub-item, a violência não é condição de possibilidade para a revolução. Pode-se pensar em verdadeiras revoluções, atos que rompam com a ordem vigente e instituem outra, sem que seja disparado nenhum tiro e nenhuma agressão física seja realizada.

2.4 Direito constitucional de resistência no Brasil hoje

O caráter aberto, ou incompleto ¹²⁹, de uma constituição faz com que necessariamente não hajam respostas prontas para os questionamentos sobre suas lacunas. Entretanto é o caráter sistêmico ¹³⁰, que é afirmado em contraposição a um feito puramente legal (folha de papel de Lassale), da Constituição que deve servir de argumento na superação das lacunas existentes. Este sistema abrange além das

¹²⁶ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 156.

¹²⁷ MEIRELLES TEIXEIRA, José Horácio. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Forense Universitária, 1991. *apud* GARCIA, Maria. Desobediência Civil: direito fundamental. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1994. P. 135.

¹²⁸ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 155.

¹²⁹ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 167..

¹³⁰ BONAVIDES, P. op. cit. P. 97.

condições sociais e culturais da sociedade as próprias definições legais de resolução de lacunas legais, como os artigos 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil.

À irrealização de diversos direitos fundamentais, positivados muitas vezes sob a forma de princípios, existem objeções expressas, como a de BONAVIDES: “o estado de direito do constitucionalismo social precisa de absorver a programaticidade das normas constitucionais” ¹³¹. De modo que é possível afirmar que não existem dispositivos constitucionais de caráter não normativo ¹³².

Isto posto, é possível argüir a constitucionalidade do direito de resistência na Constituição brasileira, como veremos a seguir.

A tese parte do parágrafo segundo do artigo quinto da Constituição Federal de 1988, que dispõe: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Inspirado na IX Emenda Constitucional à Constituição Americana ¹³³, o que este dispositivo pretende introduzir é a noção de que, apesar do vasto rol de direitos individuais elencados pelo texto constitucional, podem haver outros ainda decorrentes dos *princípios* que a Constituição possui ¹³⁴.

Esta diáde ¹³⁵ de direitos existentes na Constituição brasileira: explícitos e implícitos, por força do parágrafo primeiro do artigo quinto ¹³⁶, não configura uma diferenciação de importância. Os direitos advindos de tratados internacionais, princípios e convenções sociais têm o mesmo valor dos outros, positivados na Constituição.

¹³¹ BONAVIDES, P. op. cit. P. 237.

¹³² BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 169.

¹³³ MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit. P. 102. “A enumeração de certos direitos na Constituição não deverá ser interpretada como anulando ou restringindo outros direitos conservados pelo povo”.

¹³⁴ MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit. P. 103.

¹³⁵ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 193.

¹³⁶ Art. 5º, § 1º: “As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicabilidade imediata.”

Para Celso Ribeiro Bastos a efetividade desta norma dependerá da ação da doutrina em extrair rigor material de regras principiológicas. A saber: “É uma questão de coragem hermenêutica e de coerência com a aceitação dos princípios. Uma vez postos estes, há de se concluir que sejam geradores de direitos e deveres e não uma mera enunciação, de cunho teórico e filosófico” ¹³⁷.

Há necessidade ainda de se analisar o intuito do referido parágrafo do artigo quinto. Para Pinto Ferreira a intenção é coibir violações contra os direitos humanos; desta forma a grande enumeração de direitos que faz o artigo citado é exemplificativa, não exaustiva ¹³⁸. Esta afirmação, que “constitui norma de encerramento” ¹³⁹, institui as chamadas “liberdades residuais, uninominadas, implícitas ou decorrentes, pois fluem necessariamente dos princípios e do regime constitucional respeitador das liberdades” ¹⁴⁰. É nesta categoria de “liberdades residuais, uninominadas, implícitas ou decorrentes”, que pretende-se situar o direito de resistência.

Veamos, qual é o “regime” a que se refere o dispositivo em discussão senão o *republicano*? Do regime republicano adotamos os princípios de um direito decorrente do regime democrático, da valorização da dignidade da pessoa humana, da cidadania, na convivência política democrática e outros. A afirmação do Estado Democrático de Direito coincide com a opção pela cidadania como orientadora da prática política do governo. “Cidadania” não pode ser encarada contudo apenas em sentido formal, não assenta apenas os direitos de natureza jurídica ¹⁴¹. “Ao contrário,

¹³⁷ BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil. Volume II. São Paulo: Editora Saraiva, 1989. P. 20. *apud* MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.103.

¹³⁸ FERREIRA, Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. Volume I. São Paulo: Editora Saraiva, 1989. P. 220. *apud* MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.103.

¹³⁹ MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.103.

¹⁴⁰ FERREIRA, Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. Volume I. São Paulo: Editora Saraiva, 1989. P. 220. *apud* MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.103.

¹⁴¹ MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.107.

o conjunto dos direitos do cidadão compreende direitos políticos, civis e sócio econômicos, cuja realização vai além do reconhecimento formal da Constituição” ¹⁴².

O direito de resistência, como salvaguarda da cidadania, está implícito portanto no texto constitucional brasileiro por força da do parágrafo segundo do artigo quinto da Constituição Federal de 1988 ¹⁴³.

2.5 Direito estrangeiro: a experiência de Portugal e Alemanha

Portugal e Alemanha, na contra corrente dos atos legais de diversos países que se propõem a combater a insurreição, o terrorismo e atos contra a segurança nacional, dispõem nas suas constituições vigentes institutos que expressamente garantem o direito de resistência.

A constituição alemã, de 1949, relaciona em seu texto que “Não havendo outra alternativa, todos os alemães têm o direito de resistir contra quem tentar subverte essa ordem”. Cabe advertir contudo que este postulado “deve-se mais a uma concessão histórica aos doutrinadores do direito natural do que à vontade de instituir-se uma norma plena de validade” ¹⁴⁴.

Já o texto constitucional português, de 1976, reformado em 1982 dispõe que “Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública”. A particularidade do sistema lusitano é de que a explícita menção ao uso da força reconhece a auto-aplicabilidade deste direito, como é o costume das normas constitucionais ¹⁴⁵.

¹⁴² MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.107.

¹⁴³ Ibidem. Mesma página.

¹⁴⁴ COSTA, Nelson Nery. Teoria e Realidade da Desobediência Civil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000. P. 59. *apud* MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.76.

¹⁴⁵ MACHADO de ARAÚJO, C. de R. op. cit.. P.77.

CAPÍTULO 3 – Prólogo – Possíveis desfechos

Nosso prólogo inicia-se no meio da obra de Schiller, no terceiro ato. A par das conspirações ocorridas nas montanhas, Guilherme Tell, junto ao seu primogênito, Walter, vai a Altorf, conversar com seu sogro sobre os recentes acontecimentos. Ao passar pelo controverso chapéu pendurado em uma vara, Tell recusa-se a prestar continência e logo é abordado pelos guardas do alcaide, que lançam a ele voz de prisão. Apesar dos apelos dos cidadãos ali presentes, os guardas se recusam a liberar Tell, quando irrompe em cena o alcaide Gessler. Ao saber das causas do tumulto ali existente ele logo reconhece Tell, a quem interpela:

“GESSLER

(Depois de uma pausa)

*Desprezas assim o teu imperador, oh Tell
E a mim, que aqui encontro em seu lugar,
E negas homenagem ao chapéu, que eu
Como prova de obediência mandei pendurar?
Tua má missão é trair-me.*

TELL

*Perdoai-me caro senhor! Por falta de atenção
Isso aconteceu, e não por desprezo à vossa pessoa.
Fosse eu prudente, não me chamaria Tell.
Peço-vos clemência, tal não mais sucederá.*

GESSLER

(Após alguns momentos de silêncio)

*Tu és um mestre no arco, Tell.
Dize, és capaz de vencer qualquer desafio?”¹⁴⁶*

Walter sai na defesa de seu pai e afirma que é o pai grande arqueiro, capaz inclusive de acertar uma maçã em uma árvore a cem passos de distância.

“GESSLER

*Pois bem tell! Já que atinges a maçã na árvore
A cem passos, deves a tua habilidade
Demonstrar em minha presença – toma o arco –
Tu o tens à mão – e apronta-te
Para acertar na maçã sobre a cabeça de teu filho –
Todavia te aconselho, aponta bem, para que*

¹⁴⁶ SCHILLER, F. op. cit. P. 117.

*Atinjas a maçã logo à primeira carga;
Pois se falhares, perderás a cabeça."*¹⁴⁷.

Tell depois de, ajudado pelos presentes, tentar demover Gessler de suas intenções, e encorajado pelo rebento, acaba encontrando-se sem opções e decide atirar. Guilherme Tell acerta o alvo, salva o filho, mas ainda assim é preso pelo alcaide, pois havia separado de sua algibeira uma flecha a mais, para atirar contra o alcaide, para o caso de sua flecha inicial ferir o filho.

Longe dali, na embarcação que o conduzia à prisão, Tell acaba por livrar-se em lance cinematográfico dos guardas que o prendiam e planeja e executa o assassinato do alcaide, com mais uma de suas certeiras flechas. Logo a notícia se espalha pelos três cantões e os festejos se iniciam por todas as montanhas suíças.

O livro, que se passa no ano de 1291, não termina com a fundação de um Estado suíço, mas com a certeza dos cidadãos que muito ainda faltava para a consolidação de sua independência, só devidamente afirmada anos depois, em 1353.

O presente capítulo propõe-se a proporcionar um devido prólogo a este breve estudo do direito de resistência. O prólogo dos insurretos suíços foi a consolidação, através de guerras e acordos de paz, de suas reivindicações, através da formação de seu Estado Nacional, inicialmente chamado de Confederação dos Oito. O nosso diz respeito às possibilidades do exercício de atos de resistência, baseados no direito de resistência, para a afirmação de outros direitos, reiteradamente aviltados no mundo contemporâneo. Abrimos espaço ainda, em um sub-item, para uma brevíssima consideração sobre as relações existentes entre estado de exceção e direito de resistência.

¹⁴⁷ SCHILLER, F. op. cit. P. 118.

3.1 Da teoria do direito de resistência ao seu exercício

Fundamentada a teoria sobre o direito dos oprimidos em rebelar-se contra as imposições injustas do poder estatal, resta questionar as possibilidades de tal teoria convergir em um instrumental prático e teórico úteis ao processo de obtenção ou manutenção de direitos inalienáveis dos homens, tais quais como são os direitos humanos, consolidados em nossa Constituição.

O pensar da teoria da resistência na contemporaneidade é na verdade um repensar. Isto porque, como visto anteriormente, a teoria da oposição, ou resistência a leis injustas se cristaliza de modo a tornar-se relevante no espectro político institucional das constituições no século XVIII com as revoluções burguesas de caráter liberal. Como também visto, o direito de resistência aparece naquele momento como possibilidade de manutenção das vitórias obtidas naquele período (cuja maior expressão é o estado de direito e suas conseqüências). BOBBIO entretanto afirma que “o desenvolvimento da sociedade industrial não diminui as funções do Estado, como acreditavam os liberais que juravam sobre a validade absoluta das leis da evolução, mas aumentou-as desmesuradamente” ¹⁴⁸.

O aumento da atividade estatal, se propiciou a perpetuação e até mesmo a possibilidade da livre circulação de mercadorias durante o século XIX e XX, ao mesmo tempo não foi acompanhada por um marco regulatório que dissesse respeito as garantias sócias dos cidadãos. Tal regulação veio a estabelecer-se a partir da metade do século XX, com o Estado Social de Direito, que, entre outros, propugnava pelo valor da cidadania em todas suas dimensões.

Os valores que inicialmente se propunha a defender o direito de resistência já estavam consolidados, mas outros direitos surgidos desde então começaram a ser negligenciados freqüentemente pelo agir governamental.

¹⁴⁸ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P.150.

Marcas de nossa época como a concentração supra estatal do poder econômico, com os bancos e instituições financeiras de modo geral, caracterizando um monopólio sobre a riqueza, concentração da política através da formação de grandes partidos de massa, formando um monopólio da opinião ¹⁴⁹, estabelecem uma nova ordem problemática para a consolidação do instituto da cidadania.

Se a “ilusão jurídico constitucional do século passado consistia em crer que o sistema político era auto-suficiente (...) hoje, ao contrário, estamos cada vez mais conscientes que o sistema político é um subsistema do sistema global” ¹⁵⁰. Se antes as formulações internas dos sistemas políticos eram dotadas de poder de resolução dos conflitos dos países, hoje o manto da mundialização exerce um papel de dissolução da soberania.

A idéia de resistência nesta nova ordem passa a ser muito mais difícil, dada a complexidade dessas novas relações. Neste sentido BOBBIO acrescenta que “o que hoje se tende a derrubar não é uma determinada forma de Estado (as formas degeneradas de Estado, conforme a tradicional classificação aristotélica), mas uma determinada forma de sociedade, da qual as instituições políticas são apenas um aspecto” ¹⁵¹.

BOBBIO também alude a uma outra mudança no escopo na discussão sobre o direito de resistência. Se antes a problemática de sua justificação situava-se fundamentalmente na discussão lícito / ilícito, hoje tendem os que discutem o tema a argüir a justiça ou não de tal reivindicação ¹⁵². Ocorre obviamente que por ser o momento constitucional ¹⁵³ distinto, são distintos também os fundamentos da resistência. Ou como lembra BOBBIO, “o discurso não versa tanto sobre direitos e

¹⁴⁹ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P.150.

¹⁵⁰ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P.151.

¹⁵¹ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P.153.

¹⁵² BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P.154.

¹⁵³ “Momento constitucional” aqui vai aludir a concepção de fatores reais de poder de Lassale. Os fatores reais de poder são outros hoje. As lutas da massa proletária converteram-se em direitos constitucionais e a luta é pela sua eficácia, não mais sobre sua necessidade de existência.

deveres, mas sobre as técnicas mais adequadas a empregar naquela oportunidade concreta: técnicas de guerrilha versus técnicas de não violência” ¹⁵⁴.

A necessidade de ação coletiva do ato de resistir é verificada, e sobretudo afirmada, a partir do momento em que as reivindicações, por serem também atinentes a um coletivo, passam a ser exercidas por grupos sociais organizados, como os movimentos sociais e os partidos políticos.

3.1.2 Movimentos sociais

A tentativa de efetivação dos direitos fundamentais assume então a pauta principal dos movimentos sociais, como aduz WOLKMER: “os objetivos tanto gerais quanto específicos, mediatizados pelos movimentos sociais e reproduzidos no fluxo de processos sociais simbolizados por contradições, carências, exclusões, reivindicações, conflitos e lutas, passam obrigatoriamente pela satisfação das necessidade humanas fundamentais” ¹⁵⁵.

Ainda em WOLKMER, os movimentos sociais atuam a partir de três posturas:

- “1. Postura reivindicatória – visa pressionar o Estado à obtenção de melhores condições de vida e direitos básicos que não são atendidos. (...)”
2. Postura contestatória – trata-se daquela opção que utiliza as carências e privações materiais como forma de mobilizar as grandes massas para realizar uma oposição sistemática ao poder estatal instituído. (...)”
3. Postura participativa – é aquela que aponta uma nova perspectiva para os movimentos sociais, pois, sem deixar de lutar por melhorias de qualidade de vida, avança não só na redefinição da própria cidadania, como contribui como instrumento essencial na construção de uma democracia capaz de assegurar aos cidadãos formas de controle do Estado e canais de participação popular descentralizadores d poder” ¹⁵⁶.

¹⁵⁴ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. P.154.

¹⁵⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Omega, 1994. P. 115-6. *apud* PRANDO, F. C. de M. op. cit. P. 119.

¹⁵⁶ WOLKMER, A. C. op. cit. P. 120- 121. *apud* PRANDO, F. C. de M. op. cit. P. 121.

Se não é possível afirmar que todas as manifestações dos movimentos sociais são atos de exercício do direito de resistência, com certeza possuem potencial para tanto ¹⁵⁷.

A capacidade de organização destes movimentos e, em especial, a do MST são um alento aos defensores do direito de resistência. A efetividade do método de ocupação de terras improdutivas pode ser verificada pela seguinte estatística: em 1988, nas regiões onde o movimento agiu, 90% das terras conquistadas para a reforma agrária foram resultado de sua organização e lutas ¹⁵⁸.

3.1.3 Partidos políticos

Como parte integrante do sistema político vigente seria a princípio de se duvidar das possibilidades de um partido político conseguir organizar algum tipo de ato de resistência que não o colocasse em confronto com a legislação eleitoral. Embora realmente existam obstáculos neste sentido, o poder de mobilização e organização de parcelas da sociedade que estes podem exercer faz com que sejam listados aqui, como possíveis catalisadores de movimentos de resistência.

Os partidos operários comunistas ¹⁵⁹ surgidos a partir da década de 20 do século passado tinham claramente como objetivo central a consolidação de estados socialistas pelo mundo. A atuação destes por vezes pode ser considerada como atos de resistência como na resistência italiana na segunda guerra, em que o Partido Comunista Italiano prontificou-se a armar seus militantes e também na atuação do PCB na guerrilha do Araguaia, durante a década de 70.

¹⁵⁷ PRANDO, F. C. de M. op. cit. P. 121.

¹⁵⁸ BUZANELLO, J. C. op. cit. P. 289.

¹⁵⁹ Existiram partidos constituídos pela (e para) a classe trabalhadora que não usaram princípios marxistas nas suas formulações, como o PTB, o peronismo argentino e o Labour Party inglês. Atualmente notoriamente os exemplos citados não podem mais ser caracterizados como partidos operários, devido a sua degeneração.

Atualmente é no cenário internacional que vemos a atuação de resistência de partidos políticos. O Sinn Fein na Irlanda, braço político do IRA, o Batasuna, ligado ao ETA, movimento nacionalista basco e o Hamas, movimento político palestino, a quem é atribuída ligação com o Hezbollah são grandes exemplos disto.

Líderes do Batasuna vieram a público em 2002 defendendo o direito de resistência do povo basco.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, ao optar por uma visão geral do tema “direito de resistência”, relacionada ao mito de independência da Suíça, procurou desenhar alguns contornos básicos deste direito, ao mesmo tempo que traçava, a partir da narrativa teatral de Schiller, o fio da história de Guilherme Tell e seus compatriotas.

O direito de resistir, existente e reconhecido desde os primórdios, tem trajeto ligado na história do direito natural. A necessidade de institucionalização desse direito levou a sua positivação em dois textos revolucionários famosos: a Declaração de Direitos Francesa e a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

O direito de resistência, como conceito indeterminado entre o político e o jurídico, é abrangido pelo ramo do Direito Constitucional, ainda que possa gerar consequências nos âmbitos civil e penal.

Vimos também no presente trabalho que o direito de resistência à opressão, em PAUPÉRIO, divide-se em três grandes seções: a oposição às leis injustas, a resistência a leis injustas e a revolução. Definimos e diferenciamos os conceitos, para depois defrontá-los com a realidade.

Em um estágio tal do capitalismo contemporâneo e da (não) possibilidade de o estado garantir uma prestação social adequada, à saúde, à educação, à assistência social, restam a míngua e o desleixo de um modelo estatal que há muito não mais pode ser considerado como “social”. Junto a isso as demandas das populações oprimidas por terra, salário e moradia, fazem com que o potencial de resistência que está latente neste século seja uma possível arma, que postulamos legal e legítima, para a consecução dos direitos aviltados

BIBLIOGRAFIA

ABELLAN, Marina Gascon. Obediencia al Derecho y objeción de consciência. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hanna. Crises da República. Perspectiva: São Paulo, 2004.

ARENDT, Hannah. Da Revolução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BUZANELLO, José Carlos. Direito de Resistência Constitucional. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 6 ed.. Coimbra: Almedina, 2002.

CARVALHO, Eide M. Murta. O Pensamento Vivo de Gandhi. São Paulo: Martin Claret Editores, 1985.

GARCIA, Maria. Desobediência Civil: direito fundamental. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1994.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Poder Constituinte Reformador. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

MACHADO de ARAÚJO, Cláudia de Rezende. O Direito Constitucional de Resistência. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

MÜLLER, Friederich, Fragmento (sobre) o Poder Constituinte do Povo. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

PAUPÉRIO, Arthur Machado. Teoria Democrática da Resistência. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1997.

PRANDO, Felipe Cardoso de Melo. Desobediência Civil: uma possibilidade para a realização dos direitos humanos. Florianópolis: UFSC, 2002.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Livro virtual, acessado no sítio <http://www.comunismo.com.br/contratosocial.pdf>, em 29.09.06.

SCHILLER, Friedrich. Guilherme Tell. Tradução Silvio Meira. São Paulo: Círculo do Livro, 1970.

SERTSOVA, A., CHÍCHKINA, V., YÁKOVLEVA, L. O que é a revolução? Moscovo: Progresso, 1988.

THOUREAU, Henry David. Desobediência Civil. Livro virtual acessado em <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/desobedienciacivil.pdf>, no dia 29.09.06.